



**Participação política e interações em tempos de mediatização:
o papel dos comentários no Facebook sobre as ações da Frente
Parlamentar Evangélica¹**

**Political participation and interactions in mediatisation times:
the role of Facebook comments on Evangelical Parliament
Front actions**

Bruno Menezes Andrade Guimarães²

Ângela Cristina Salgueiro Marques³

Palavras-chave: religião; política; conversação online; Estatuto da Família; Frente Parlamentar Evangélica.

O conceito de mediatização não é estanque e passa por diferentes disputas em torno dos significados e de locais de apreensão do fenômeno. Stig Hjarvard (2012) aponta que, no início, o conceito esteve bastante associado ao impacto das mídias radiofônicas e televisivas na política, em meados da década de 1980. Hoje, com forte presença também em pesquisas brasileiras, o conceito de mediatização é entendido de modo mais amplo como um processo de longo prazo segundo o qual as instituições sociais e culturais e os modos de interação entre sujeitos são alterados como

¹ Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 8 a 12 de abril de 2018.

² Doutorando em Comunicação Social do PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Comunicação Social pela mesma instituição. Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É membro do Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (Margem). brunomenezesag@gmail.com

³ Ângela Cristina Salgueiro Marques

Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UFMG (2007) e mestre em Comunicação Social pela mesma instituição. Realizou pós-doutorado em Comunicação e em Ciências Sociais na cidade de Grenoble (França).



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação. Trabalhamos com um conceito de mediação que não adota a ideia mídiacêntrica de que uma realidade mediada seja algo supremo. Antes, mediação relaciona-se mais com a expansão de oportunidades de interação em espaços virtuais, ou seja, trata-se de uma intervenção dos meios de comunicação na interação entre indivíduos e seus efeitos dentro de uma determinada instituição e na sociedade de modo geral (BRAGA, 2007; FAUSTO NETO; FERREIRA, BRAGA, GOMES, 2010; FERREIRA, 2010; HJARVARD, 2012; MARTINO, 2012a; MARTINO, 2012b).

No bojo das instituições mais expostas às dinâmicas de mediação, o artigo está voltado para as interseções entre política, religião e os modos de ativação de discursos em redes sociais digitais. No campo da política, os anos 2000, em especial a segunda década, são tempos de alterações nos modos de participação do segmento cristão evangélico no Brasil. O crescimento do número de parlamentares ligados direta ou indiretamente a igrejas evangélicas de maioria pentecostal e neopentecostal não ocorreu sem o auxílio dos meios de comunicação e de uma dinâmica intensa de conquista de espaço, de fiéis e, claro, de votos, por meio da mídia (CUNHA, 2017). Todo esse processo de ativismo político evangélico na mídia coincide com o período de fortalecimento de uma bancada evangélica entre os anos de 2002 e 2004 e a posterior criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 com uma intensa atuação e apoio de grupos conservadores.

As Frentes Parlamentares (FPs) são as uniões de representantes dos poderes legislativos em torno de temas específicos. No âmbito federal, o princípio de formação das FPs se deu em ocasião da Assembleia Nacional Constituinte que redigiu a Constituição de 1988. Mesmo que de modo informal, um grupo de deputados ligados a questões rurais se uniu, à época, com o objetivo de redigir algumas partes da Constituição e, articulados, fazer frente a posições contrárias às da agroindústria. Em 1997, a Câmara dos Deputados já possuía doze desses grupos. Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é o nome dado ao conjunto de políticos vinculados assumidamente a



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Midiatização** e Processos Sociais

uma denominação religiosa cristã com atuação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Nas últimas eleições foram eleitos 199 deputados e cinco senadores adeptos à Frente que hoje é a segunda maior do país. De acordo com Vital e Lopes (2013), “não é um fenômeno novo a participação do campo religioso na política, mas certamente a visibilidade e influência junto aos governantes tornaram esses atores relevantes para análises hoje” (2013, p. 9).

É certo que grande parte do mundo deixou de ser prioritariamente religioso, no sentido da forte presença do cristianismo em épocas medievais. Todavia, ações como as da FPE na política institucional brasileira e na mídia de forma geral, a religião continua a ocupar o espaço público, agenciar crenças, produzir valores e a reivindicar um lugar na elaboração de propostas políticas (DUARTE, 2012). Ao que nos parece, de acordo com pesquisas de autores e autoras da área, toda a empreitada de parlamentares evangélicos está fundada na “defesa da família tradicional” (CUNHA, 2017, p. 143), núcleo formado pela união heterossexual de um homem, uma mulher e seus descendentes.

Entre as principais ações em torno da questão da família tradicional liderada por parlamentares evangélicos membros da FPE na Câmara dos Deputados destacamos o Estatuto da Família (PL6583 de 2013). O projeto foi criado pelo deputado federal Anderson Ferreira, membro da FPE, na tentativa de criar leis mais claras para reger sobre os direitos da família brasileira e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização da entidade familiar heteronormativa. O projeto de lei que disserta sobre o que é (ou deve ser) uma família no Brasil surge para criar uma série de regras jurídicas capazes de dar a (ou retirar de) relações afetivas o nome “família”. Para proferir parecer ao texto, uma comissão temporária especial composta por 26 parlamentares foi criada no âmbito da Câmara dos Deputados. O ano de 2015 marcou as atividades da comissão que, entre outras, se reuniu de maneira oficial, com fins deliberativos, oito vezes.

A versão final do texto do Estatuto da Família foi aprovada no dia 24 de setembro de 2015. Na ocasião, uma série de portais de notícias deu destaque para o



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

assunto, cada um ao seu modo. Para o artigo, interessa a ideia de que as ações de parlamentares ligados a FPE em torno do tema da família são repercutidas por meios de comunicação, apropriadas por diferentes públicos em redes digitais e capazes de ativar uma série de discursos na forma de comentários (re)configuradores de relações e com impactos no campo da política e no da religião. Nesse sentido, temas em discussão na Câmara dos Deputados (CD) também são discutidos em ambientes informais de modo que a política passe por um processo de mediação que consiste em obter no debate público em ambientes online uma apropriação de suas pautas, condutas e valores.

A partir de postagens na maior rede social digital em uso no Brasil, o Facebook, a proposta do artigo é direcionar a atenção para os comentários de pessoas convocadas pelo assunto, isto é, olhar para as repercussões, os embates em torno da atuação da FPE. O objetivo é analisar como os proferimentos e postagens de atores políticos ligados à FPE acerca de questões morais (como a constituição da estrutura familiar, ou seja, um problema de interesse coletivo) interpelam diferentes agentes sociais, configurando debates, disputas, antagonismos e negociações. A configuração midiática e discursiva dessas cenas polêmicas no entrelaçamento da política com a religião será evidenciada a partir do pressuposto de que o processo de debate online é formado pela interconexão entre diferentes contextos comunicativos, os quais reúnem diferentes atores e seus modos de comunicação específicos; e de que a conversação política é uma atividade que envolve o enfrentamento público dos argumentos morais resultantes desses múltiplos contextos. Para encontrar esses comentários vamos até a postagem do veículo de comunicação com mais curtidas e comentários no Facebook no dia em que a comissão aprovou de fato o texto do Estatuto da Família. Logo, o artigo analisa se volta para 2.187 comentários na publicação da revista *Época* em sua página oficial intitulada "Câmara aprova Estatuto da Família sem considerar relações homossexuais".

A fim de operacionalizar nossos objetivos, evocamos as inspirações metodológicas de análise de conversações online propostas por Tamara Witschge (WITSCHGE, 2008, 2011) bem como pesquisas de demais autores e autoras



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

(ALTHEMAN, MARTINO, 2016; OLIVEIRA, SARMENTO, MENDONÇA, 2014; MENDONÇA, AMARAL, 2016). De acordo com essa ótica, as redes sociais digitais são capazes de abrigar uma dinâmica de trocas conversacionais online que congrega pessoas em atuações distintas a partir de diferentes espaços e temporalidades. Essas interações mediatizadas são carregadas de conflitos, dissensos, formas de auto-expressão e expressão coletiva que nos ajudam a entender os caminhos argumentativos construídos nas trocas, além de identificar crenças, valores e enquadramentos a partir dos quais os usuários expõem e negociam sentidos. Procuramos construir nossa análise a partir de três eixos capazes de identificar os conflitos, os pontos de dissenso entre sujeitos, os argumentos (ou a falta deles) e a forma como tudo isso reverbera na política e na religião: a) o relacionamento entre os interlocutores através de marcadores identitários; b) a explicitação e justificação de premissas que sustentam as considerações e argumentos trocados; e c) a negociação de parâmetros de justiça que contemplem interesses coletivos.

Referências bibliográficas

ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S. Conversações políticas no Youtube e suas contribuições para o processo deliberativo acerca do Projeto de Lei do Ato Médico. In: MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R.; BARROS, S. (Org.). **Deliberação Online no Brasil**. Salvador: Edufba, 2016, p. 272-299.

BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A. S.; ARAUJO, D. C. e BRUNO, F. **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007, pp.141-168.

CUNHA, M. N. **Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital**. Curitiba: Prismas, 2017.

DUARTE, T. dos S. D. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in)vocação religiosa. **Ciências Sociais e Religião**. Ano 14, n. 17. 2012.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

FAUSTO NETO, A.; FERREIRA, J.; BRAGA, J. L.; GOMES, P. G. **Mediatização e Processos Sociais: aspectos metodológicos**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2010.

FERREIRA, J. Mediatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. **Revista E-Compós**, n. 5, abril, 2010.

HJARVARD, S. Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

MARTINO, L. M. S. A religião mediatizada nas fronteiras entre o público e o privado. **Ciberlegenda 26**, pp. 13-26, 2012a.

_____. Mediação e mediatização da religião em suas articulações teóricas e práticas: um levantamento de hipóteses e problemáticas. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. **Mediação e mediatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012b.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Racionalidade online: provimento de razões em discursos virtuais. **Opinião Pública**, v. 22, p. 418-445, 2016.

OLIVEIRA, W. M.; SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Deliberação no YouTube? Debates em torno da questão LGBT. **Revista Compolítica**, nº 4, vol. 1, p. 53-80, 2014.

PANOTTO, N. **Religiones, política y Estado laico: nuevos acercamientos para el contexto latino-americano**. Buenos Aires: Redlad, 2017.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, Instituto de Estudos da Religião, 2013.

WITSCHGE, T. Examining online public discourse in context: a mixed method approach, **Javnost the public**, v.15, n.2, 2008, pp.75-92.

_____. From confrontation to understanding: in/exclusion of alternative voices in online discussion. **Global Media Journal**, v.1, n.1, 2011, p.1-22.